



## PLANO DE AÇÃO PARA O TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE

Milton Augusto Pasquotto Mariani<sup>1</sup>  
Alexandra Aparecida Alfonso Domingos<sup>2</sup>  
Joelma Daiane Beker<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho realiza uma análise do Plano de Ação para o Turismo 2003 – 2006 para Mato Grosso do Sul, atual norteador da atividade turística e importante instrumento das políticas públicas estaduais para o setor, que foi lançado pela Fundação de Turismo do Estado, após a iniciativa do Governo Federal em lançar o Plano Nacional de Turismo. O trabalho apresenta as metas e projetos propostos no Plano, com uma análise das ações propostas no período de 2003 a 2004. Com a realização desta análise podem-se identificar quais as melhorias geradas a partir das metas propostas no Plano e quais os pontos que merecem maior atenção do órgão gestor do turismo no Estado, a Fundação de Turismo. Algumas visões críticas são realizadas com o intuito de gerar melhorias e enfatizar a importância deste objeto de estudo. A falta de pesquisas referente ao planejamento público nos tem mostrado a necessidade de estudos mais aprofundados em relação ao assunto, expondo uma nova fase para as políticas públicas no Estado. A elaboração deste trabalho tem a finalidade de promover o resgate da história do turismo e a evolução das políticas públicas de turismo do Estado. Por meio das propostas para melhorias da atividade turística no Estado, busca também a melhoria na qualidade dos serviços que são prestados, atraindo um número mais elevado de turistas, e conseqüentemente, a geração de mais empregos para a população, de forma direta e indireta.

**Palavras-chave:** Turismo; políticas públicas; governo; Mato Grosso do Sul.

**Abstract:** This work carries out an analysis of the Plan of Action for Tourism (2003-2006) in South Mato Grosso State. It was projected by the state's Tourism Foundation after the initiative of the Federal Government in projecting the National Tourism Plan. In South Mato Grosso the plan has been the current guider of the touristic activities and also an important instrument of the public policies for the sector. The work presents the purposes and projects proposed in the Plan with an analysis of the proposed actions between 2003 and 2004. With the accomplishment of this analysis, it was possible to identify the improvements resulted from these purposes and also the points which deserve a better care from the state's Tourism

<sup>1</sup> Orientador da Pesquisa, Professor Doutor e Geógrafo. miltmari@terra.com.br.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo. Graduada pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2004.

<sup>3</sup> Bacharel em Turismo. Graduada pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2004.

Foundation. Some critical views are made with the intention of generating improvements and emphasize the importance of this object of study. The lack of study on public planning has shown us the necessity of studying carefully this matter, exposing a new phase for the public policies in the state. The aim of this work is to promote the rescue of the history of tourism and the evolution of the public policies for tourism in the state. Through the proposals for improvement in the touristic sector in the state, it's also longed for the improvement in the quality of services in order to attract a larger number of tourists and as a result of this, the generation of more jobs for the population.

**Key words:** Tourism; public policies; government; Mato Grosso do Sul.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A finalidade deste trabalho foi analisar a eficácia das políticas públicas estaduais de turismo, representadas através do Plano de Ação para o Turismo 2003-2006, lançado pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, órgão gestor da atividade turística em nível estadual.

O Plano de Ação para o turismo tem o objetivo de desenvolver novos destinos turísticos e fortalecer os pólos em fase de consolidação, por meio da coordenação de suas parcerias com agentes públicos e privados, para celebrar o seu objetivo maior, que é fortalecer o estado de Mato Grosso do Sul dentro da oferta turística nacional e internacional.

Por ser uma ferramenta recente do planejamento turístico, este trabalho apresentou algumas dificuldades em sua realização, dentre elas, a falta de referencial bibliográfico que aborde esse tema em nível estadual e a dificuldade em obter informações sobre determinadas metas. Entre as facilidades, a que mais colaborou para a execução da pesquisa foi o fato das autoras conhecerem a estrutura organizacional da instituição, uma vez que realizaram estágio na mesma, facilitando os contatos a serem feitos.

Poucos são os estudos referentes ao planejamento empreendido pelos órgãos públicos da atividade turística em Mato Grosso do Sul, este trabalho busca propiciar uma nova fase para os estudos das políticas públicas de turismo.

## **PLANO DE AÇÃO PARA O TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL**

Em 1911, o austríaco Hermann Von Schullern Zu Schattenhofen definia turismo como, “um conceito que compreende todos os processos, especialmente aqueles econômicos, que são manifestados na chegada, permanência e saída do turista de um determinado município, país ou estado”.A partir dessa definição surgiram diversos conceitos para a atividade turística. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), “turismo é a soma das relações e serviços derivada de uma mudança temporária e voluntária de residência, motivada por razões que não podem ser profissionais ou de negócios”.

Por ser uma atividade que inclui pessoas, serviços, arrecadação, desejos, empregos, produtos e cultura é considerada por muitos autores uma indústria, por se tratar de um conjunto de serviços, porém esse conceito causa muitos debates no meio acadêmico. Opondo-se a essa terminologia, Garcia *et al* (2000, p.17) salienta que:

Trata-se de uma rede de serviços e esta não transforma produtos na concepção física e como a grande causadora dos malefícios conseqüentes da atividade mal planejada. O conceito contrapõe-se ao desenvolvimento do turismo sustentável, que direciona a atividade para a sustentabilidade ambiental, assegurando a manutenção dos recursos naturais, à gerações futuras, a social e fortalecendo a identidade local e econômica, visando o desenvolvimento econômico de forma eficaz e recursos geridos a longo prazo.

O turismo é uma atividade que tem o poder de dinamizar as demais atividades econômicas do local, porém, devido a sazonalidade que sofre deve estar sempre articulada a outros setores econômicos existentes, trabalhando em parceria.

Segundo Coriolano (1993, p.48):

O incentivo ao turismo não significa torná-lo uma atividade única na região, mas fortalecer todas as atividades econômicas anteriores, sobretudo a agricultura, a pesca e o artesanato, para assegurar a sustentação do turismo, assim o turismo deverá ser apenas uma opção econômica.

Com o fortalecimento dos demais setores econômicos, toda a localidade se beneficiará, gerando um desenvolvimento constante e com uma base melhor consolidada, evitando a desvalorização das outras atividades econômicas existentes e contribuindo para o fortalecimento do lugar.

A população deve trabalhar em parceria com o poder público e com as empresas privadas, se preocupando exclusivamente de como o turismo deve ser explorado para que não cause impacto e degradação do local, valorizando a cultura e os costumes, conseguindo atingir as expectativas dos turistas e satisfazendo a comunidade local.

Conforme Rodrigues (2000, p.20):

Se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos sócio-espaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderão às suas expectativas e casarão com seus interesses, dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer desenvolvimento sócio espacial duradouro.

O turismo é uma forma de alavancar o desenvolvimento da localidade, porém é necessário conciliar os interesses e características do turismo juntamente com o desenvolvimento local e ter um planejamento da atividade, para que essa não ocorra de forma desordenada, não alcançando os objetivos propostos.

De acordo com Rodrigues (1999, p.25): "O planejamento do turismo é, em princípio, complicado porque tem de conciliar os interesses de uma população que busca o prazer num local onde outras pessoas vivem e trabalham".

Segundo Ignarra (1999, p.125):

O turismo é uma atividade econômica que tem no território, na paisagem, no patrimônio natural e cultural suas principais matérias primas. Assim, não é possível produzir turismo sem que haja direta ou indiretamente uma participação do Poder Público. Dessa forma, o desenvolvimento do setor turístico tem na ação governamental um elemento estratégico para seu desenvolvimento.

O planejamento da atividade turística é uma ferramenta importante para que se obtenham benefícios do turismo e se minimizem os impactos negativos, traçando estratégias para a atuação do setor de turismo na localidade. Para Beni (2001, p.189), "Planejar é raciocinar em termos definidos sobre o setor, como ele deverá chegar à posição que os administradores públicos almejam como combater riscos e como tirar partido das vantagens previsíveis".

A realização desse planejamento deve contar com as políticas públicas, tendo elas como uma importante ferramenta, que devem ser levadas a sério e utilizadas constantemente.

As políticas públicas são formas de organizar as atividades, estabelecendo ações e diretrizes para que se alcancem os objetivos desejados.

Conforme Dias (2003, p. 10), "O planejamento, particularmente o de médio e longo prazo, é hoje um importante e necessário instrumento de governo para se obter um desenvolvimento socialmente justo".

De acordo com as pesquisas efetuadas por Dias (2003, p. 121):

Podemos definir a política como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São

linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Essas ações devem priorizar o interesse da comunidade, conciliando os objetivos da atividade, evitando que sejam lançadas metas insensatas, não alicerçadas efetivamente na realidade. (MELGAR, 2001)

Direcionando para o turismo, Cruz (2000, p.40) salienta que:

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Devido a multidisciplinaridade que compõe o setor turístico é fundamental um processo de planejamento e gestão que oriente, discipline e se constitua em um instrumento de aceleração do desenvolvimento que pode ser desenvolvido pelas políticas públicas de turismo. Políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade (LAGE, 2000).

Complementando o conceito acima, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p.294), definem política de turismo como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

A política de turismo possui as seguintes funções (GOELDNER, RITCHIE e McINTOSH, 2002):

1. definir as regras do jogo, ou seja, os termos nos quais as operações turísticas devem funcionar;

2. estabelecer atividades e comportamentos aceitáveis;
3. fornecer uma direção comum e a orientação para todos os interessados no turismo e na destinação;
4. facilitar o consenso em torno de estratégias e objetivos específicos para uma destinação;
5. fornecer uma estrutura para discussões públicas e privadas sobre o papel e as contribuições do setor turístico para a economia e para a sociedade em geral;
6. permitir que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia de forma mais eficaz.

O Estado deve participar ativamente da organização da atividade turística. Dias (2003), identifica algumas áreas de atuação dos governos em relação ao turismo, como:

1. coordenação;
2. planejamento;
3. legislação e regulamentação;
4. empreendimentos;
5. incentivo;
6. atuação social;
7. promoção do turismo.

A política de turismo é o amplo guia que deve orientar o desenvolvimento do setor ao passo que a estratégia constitui o meio para empregar os recursos disponíveis (BENI, 2001).

Para o planejamento e elaboração de políticas de turismo, é fundamental a participação do setor privado juntamente com órgãos públicos, buscando

desenvolver cada vez mais a atividade turística e gerando benefícios para todos os envolvidos, inclusive a comunidade.

A política de turismo é um fator determinante no turismo, se for bem planejada e executada, poderá contribuir para o diferencial da atividade na localidade. Sobre isso, afirma Beni (2001, p.177):

A política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Os gestores públicos ainda são os únicos que, através do planejamento, podem minimizar as desigualdades sociais. Conforme Dias (2003), o planejamento é um instrumento adequado para procurar amenizar os efeitos do livre jogo do capital.

Os órgãos públicos de turismo têm que estar cada vez mais atuantes no setor, realizando o planejamento e formulando políticas públicas que sejam funcionais, tendo como preocupação maior o fortalecimento e a ampliação dos benefícios para a atividade, deixando de lado os interesses políticos, que ainda alimentam muitos órgãos gestores do turismo.

### **Políticas Públicas de Turismo em Mato Grosso do Sul: breve histórico**

As políticas públicas de turismo no estado de Mato Grosso do Sul se iniciaram em 1979, oportunidade em que foram definidas as secretarias que formaram a estrutura geral da Administração Pública. Nesta ocasião, a secretaria que ficou com a responsabilidade pela pasta do turismo foi a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O Decreto-lei nº 9, de 1º de janeiro de 1979, definiu os objetivos desta secretaria, que seria de promover e fomentar, em apoio à iniciativa privada, as atividades agropecuárias, industriais, comerciais, de mineração e turísticas com observância dos preceitos de preservação ambiental, visando ao desenvolvimento econômico-social do estado de Mato Grosso do Sul.

Foram criadas entidades vinculadas e supervisionadas que ficaram responsáveis por cada uma das atividades citadas acima. Dentre elas a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL).

Para a criação da TURISUL, foi autorizado um capital de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), e o seu objetivo era a promoção e o desenvolvimento do turismo no Estado. A TURISUL foi criada através do Decreto nº132, de 28 de maio de 1979.

A TURISUL era uma empresa vinculada e supervisionada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que possuía autonomia administrativa e financeira.

A administração da TURISUL era exercida por um diretor, um gerente de promoção e fomento e um gerente de administração e finanças, sendo que a escolha dos dirigentes deveria recair em um profissional de comprovada experiência e notórios conhecimentos das atividades da Empresa.

Em agosto de 1979 foi alterada a organização da TURISUL. Ficou estipulado que a administração seria exercida por um Diretor Presidente, um Diretor de Promoção e Fomento e um Diretor de Administração e Finanças, só as denominações foram alteradas, as competências não foram modificadas.

Em 1980, o governador Marcelo Miranda Soares, através do Decreto nº418, altera a sigla da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, de TURISUL para MS-TUR.

Em 1981 foi extinto o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, sendo alterado para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, seu objetivo era o de promover e fomentar, em apoio à iniciativa privada, as atividades industriais, comerciais, de mineração e de turismo, visando ao desenvolvimento econômico e social do estado de Mato Grosso do Sul.

A MS-TUR estava sob a presidência de Lauro Benjamin Corrêa de Quadros, Kalil Kamis ocupava o cargo de Diretor de Promoção e Fomento e Gerson Ferreira era o Diretor de Administração e Finanças, sendo que as competências continuariam as mesmas da TURISUL.

Em 1990 foi extinta a MS-TUR e criada a Diretoria Geral de Fomento ao Turismo, com Departamentos de Operação e Turismo e de Promoção e Divulgação, vinculada a Secretaria de Indústria e Comércio.

No Decreto nº 5.542, de 29 de junho de 1990 ficou estabelecida uma reorganização da estrutura básica da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), especificando suas funções em promover e coordenar o desenvolvimento da atividade turística no Estado.

Em 1991, a Secretaria de Indústria e Comércio passa a ser denominada como Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio, permanecendo a mesma estrutura organizacional no que se refere ao turismo. A responsabilidade desta secretaria coube a Aldayr Heberle.

Em 1992 foi aprovado o Estatuto da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (CODEMS). O regimento da CODEMS, que esclarecia a alteração do nome da CODESUL – Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul para CODEMS e destacava que esta

seria uma empresa vinculada a Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio.

Em 1995, o governador do Estado, considerando que Mato Grosso do Sul necessitava investir na valorização de seus recursos turísticos e promover ações que tornassem efetiva a participação governamental no incremento ao turismo como atividade de apoio ao desenvolvimento da economia estadual, nomeia Marilene Moraes Coimbra para exercer o cargo de Subsecretária Especial para o Desenvolvimento do Turismo.

Suas atribuições eram de planejamento e coordenação de ações para o incremento do turismo estadual, identificação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos turísticos no Estado, promoção e divulgação de atrações turísticas, prestação de assistência técnica aos empreendimentos turísticos, inventário dos recursos turísticos e elaboração do cadastro de informações turísticas, elaboração do Plano Diretor de Turismo.

Em 1996, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que tinha como secretário Celso de Souza Martins, passou a ter competências ligadas ao turismo, dentro de sua estrutura, sendo criada uma Superintendência de Indústria, Comércio e Turismo, tendo como superintendente Marco Antônio Almeida. Dentro dessa superintendência foi criada uma Diretoria de Turismo, dirigida por Marilene Coimbra.

No dia 1º de janeiro de 1999, o então governador do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos, assina o Decreto-lei nº 1.940, alterando a estrutura básica do Poder Executivo.

A partir da nova organização, a atividade turística passava a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável.

A estrutura da Secretaria de Produção e Desenvolvimento Sustentável possuía um Conselho Estadual de Turismo, uma Superintendência de Turismo que se dividia entre a Diretoria de Eventos e Promoções, com a Divisão de Apoio à Realização de Eventos.

O Secretário do Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável era Moacyr Kohl e a Superintendência de Turismo ficou sob a responsabilidade de Nilde Clara de Souza Benites Brun.

Em 2000, com uma reorganização da estrutura básica do Poder Executivo, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, tendo como Secretário Egon Krackech, mantendo como superintendente de turismo, Nilde Brun.

Em 2001, foi decretada a formulação da política estadual para o turismo, para a coordenação e o fomento ao desenvolvimento dos recursos turísticos no Estado, especialmente, do ecoturismo e da divulgação da cultura sul-matogrossense.

No dia 14 de novembro de 2001, foi instituída a Fundação de Turismo do estado de Mato Grosso do Sul, pelo Decreto nº 10.552, onde Nilde Brun assumiu como Diretora Presidente desta instituição.

Em 1º de janeiro de 2003, Carlos Adalberto Pereira Porto assumiu a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. A elaboração do Plano de Ação para o Turismo foi realizada no seu mandato.

No dia 08 de novembro de 2004, Nilde Brun assumiu a administração da Fundação de Turismo.

### **Apreciações Críticas**

A elaboração deste Plano de Ação para o Turismo é um importante e audacioso passo para o desenvolvimento da atividade turística em Mato Grosso do Sul. Após a apresentação das ações deste Plano, algumas questões merecem ser observadas.

Os agentes envolvidos na elaboração deste Plano foram extremamente ágeis, visto que o lançamento do Plano ocorreu 15 dias após o Governo Federal ter anunciado o Plano Nacional de Turismo. A equipe que esteve presente durante a elaboração deste projeto, foi composta por profissionais de diversas áreas de atuação, propiciando a abrangência de diversos segmentos. Porém, esse Plano de Ação falha a partir do momento em que não busca a comunidade para participar de sua elaboração, deixando de ter assim um caráter participativo, não sendo baseado nos princípios do desenvolvimento local, isto pode resultar em uma rejeição da comunidade local, já que pode ser interpretado como uma imposição para os mesmos.

Ao tratar este assunto, Mota (2003), relata que os planos de governo tratam o turismo de forma superficial e fragmentada, tratam uma localidade turística, com suas riquezas naturais e humanas como uma “mercadoria” a ser comercializada para fins lucrativos e eleitoreiros.

É necessário repensar a participação da comunidade neste projeto, a fim de promover cada vez mais a integração de todos os agentes envolvidos nessa atividade. É imprescindível que os políticos mostrem claramente o que está planejado para a localidade, saber se a população terá voz ativa para opinar e

adaptar esse plano de acordo com os interesses de todos os envolvidos e ainda como isso se dará no decorrer do tempo (MOTA, 2003).

As ações deste Plano estão programadas para serem realizadas no decorrer de 4 anos, a partir da análise do mesmo, pode-se perceber que a maioria das ações está sendo executada. Algumas metas físicas não foram alcançadas, como a que propõe o cadastramento de todos os prestadores de serviços turísticos em Mato Grosso do Sul até o final de 2004. Outras ações estão em pleno desenvolvimento, como a que se refere ao *marketing*, que até o presente momento se apresenta como a mais eficaz das ações, já que está alcançando seus objetivos e executando suas metas.

Algumas metas físicas não podem ser analisadas, como é o caso da meta referente ao fluxo de turistas, pois não há mecanismos confiáveis para se medir o aumento do fluxo de turistas no Estado, já que as pesquisas realizadas são feitas apenas por amostragem. A partir das ações estabelecidas e de sua execução imagina-se que esse fluxo esteja realmente aumentando, porém, isso se baseia apenas em estimativas.

Os pólos turísticos do Estado ainda não são considerados consolidados, como retrata o Plano de Ação, porém esta meta deveria ser prioritária no cronograma de execução das ações, já que o fomento do turismo no Estado depende que esses destinos sejam consolidados e tenham plenas condições de receber turistas, promovendo o desenvolvimento local.

Algumas metas estão sendo trabalhadas em sintonia, como é o caso das metas referentes à consolidação de novos destinos, fortalecimento dos destinos em fase de consolidação e a integração da comunidade local, estas metas desenvolvem ações capazes de se complementarem.

Avaliando o processo de execução das metas identifica-se que 86% delas estão sendo executadas. Considerando que algumas ações que envolvem individualmente essas metas não foram executadas ou não foram priorizadas, deve-se destacar que a totalidade das metas propostas no Plano não está sendo trabalhada.

Dos projetos apresentados no Plano, poucos deles estão em processo de execução, porém são projetos que merecem uma atenção especial, pois apresentam propostas eficientes para o setor turístico.

Aproximadamente 42% dos projetos propostos estão sendo executados, o percentual restante, que corresponde a 58%, não está sendo executado ou esta sendo alterado.

Alguns projetos não foram avaliados em sua viabilidade, portanto, foram cancelados. Seria importante analisar a real importância dos projetos propostos, mesmo que de forma superficial, para evitar que expectativas sejam criadas e não se concretizem. Mesmo se tratando de um Plano que está sujeito a alterações, alguns cuidados devem ser tomados para o seu maior aproveitamento.

Preocupados com os resultados do Plano de Ação para o Turismo, os profissionais da instituição estão realizando uma avaliação, procurando identificar os pontos que não estão sendo funcionais e reformulando-os.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Plano de Ação para o Turismo, objeto de estudo deste trabalho, apresentou-se como uma importante ferramenta para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso do Sul.

Os objetivos propostos no início de trabalho foram alcançados, sendo que ficou evidente a importância das metas propostas para o desenvolvimento da atividade turística no Estado, assim como o comprometimento da gestão pública de turismo do Estado com a atividade. São com propostas deste nível que o setor continuará se expandindo.

É importante que estas ações sejam executadas com responsabilidade pelos órgãos gestores, com a participação da comunidade e das entidades privadas, evitando ações desencontradas e propiciando que os diversos setores estejam em sintonia em prol de um mesmo objetivo, que é o de fomentar a atividade turística no Estado.

A maioria das metas está sendo executada conforme o cronograma geral, algumas não foram concretizadas e outras tiveram seu período de execução prorrogado, portanto, devem-se reformular as ações que não estão contribuindo para o fomento da atividade turística em Mato Grosso do Sul.

Com a análise constatou-se que os projetos não estão sendo executados conforme o estabelecido e que eles necessitam de reformulações para que os mesmos possam estar em sintonia com o desenvolvimento do Plano de Ação para o Turismo.

Em vista dos resultados obtidos através das pesquisas realizadas para análise do Plano de Ação para o Turismo 2003-2006, o trabalho conclui que este Plano tem sido uma importante “ferramenta” para o planejamento e que há comprometimento do órgão gestor da atividade para fomento do turismo em Mato Grosso do Sul. Com o resgate histórico das políticas públicas estaduais, pode-se constatar que a atividade turística não era considerada como importante pelos

governantes, porém nos últimos anos esta situação está se alterando e a atividade turística está recebendo mais atenção dos órgãos competentes.

Como em todo trabalho de planejamento, há uma preocupação com os detalhes, na busca de que tudo ocorra conforme o combinado e da melhor maneira, e após a análise do mesmo, pode-se dizer que esta é a preocupação da Fundação de Turismo.

O Plano de Ação para o Turismo 2003 – 2006 tem se mostrado eficaz devido sua abrangência em diversos segmentos da atividade, propondo ações desde a infra-estrutura turística até campanha de *marketing* feita para o Estado.

As metas propostas no Plano de Ação para o Turismo 2003-2006, são de fundamental importância para o setor turístico no Estado, para que seus benefícios sejam visualizados, as execuções dessas metas devem ser constantes e continuarem sendo trabalhadas para a melhoria da atividade e não por interesses políticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Vicente. **Turismo** - fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1998.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo**: segmentação de mercado. São Paulo: Futura, 1999.

ÁVILA, Vicente Fidélis. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2000.

BAHL, Miguel (Org.). **Eventos**: a importância para o turismo do terceiro milênio. São Paulo: Roca, 2003.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento de turismo no Brasil. In: Yázigi, E.; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita de C.A.. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. MS. **Decreto-lei nº 2, de 1º de janeiro de 1979** . Define as secretarias que formariam a estrutura geral da Administração Pública.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 9, de 1º de janeiro de 1979** . Dispõe sobre o sistema Executivo para o desenvolvimento Econômico, autoriza a criação das entidades que menciona.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 132, de 28 de maio de 1979** . Cria a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 203, de 17 de agosto de 1979** . Altera os estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 218, de 6 de maio de 1981** . Extinto o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1035, de 28 de fevereiro de 1990** . Extinta a MS – TUR e criada e Diretoria Geral de Fomento ao Turismo.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5542, de 2 de junho de 1990** . Reestruturação da estrutura básica da Secretaria de Indústria e Comércio.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5972, de 05 de junho de 1991** . A Secretaria de indústria e Comércio recebe nova denominação.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6543, de 09 de junho de 1992**. Define a estrutura da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6544, de 10 de junho de 1992** . Aprova o estatuto da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul.

\_\_\_\_\_. **Decreto “P” nº 0994, de 31 de janeiro de 1995** . Nomeação para o cargo de Subsecretário Especial para o Desenvolvimento do Turismo.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8436, de 15 de janeiro de 1996** . Criada a diretoria de turismo.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1940, de 1º de janeiro de 1999** . Altera a estrutura básica do Poder Executivo.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9333, de 12 de janeiro de 1999** . Define a estrutura da Secretaria de Produção e Desenvolvimento.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2268, de 31 de julho de 2001** . Decreta a formulação da política estadual de turismo.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10552, de 14 de novembro de 2001**. Instituída a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.717, de 03 de novembro de 2004**. Altera o estatuto da Fundação de Turismo.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**. Campinas: Papirus, 1993.

CRUZ, Rita de Cássia **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, **Reinaldo. Planejamento do turismo** – política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAGE, Beatriz Helena; MILONE, Paulo César. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Relatório do Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul**. Fundação Instituto de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, 1979.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação para o Turismo 2003 – 2006**. Campo Grande: Fundação de Turismo, 2003.

\_\_\_\_\_. *PDTUR*. Disponível em: [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br). Acesso em: 20 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. *PDTUR*. Disponível em: [www.seprotur.ms.gov.br](http://www.seprotur.ms.gov.br). Acesso em: 20 jul. 2004.

MELGAR, Ernesto. **Fundamentos de planejamento e marketing em turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

MOTA, Keila. *Política de Turismo* – porque moradores de localidades turísticas devem se preocupar com a política de Turismo dos novos governantes. Disponível em: [www.estudosturisticos.com.br](http://www.estudosturisticos.com.br). Acesso em: 23 ago. 2003.

PELLEGRINI Filho, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 2003.

PINSKY, Jaime; FUNARI, Pedro. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastreti (Org.). **Turismo, modernidade e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS Filho, João dos. *Alguns comentários ao Plano Nacional do Turismo - diretrizes, metas e programas 2003 - 2007*. Disponível em: [www.estudoturísticos.com.br](http://www.estudoturísticos.com.br). Acesso em: 22 ago.2003.

THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. Trad. Anna Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino; João Ricardo Barros Penteadó. São Paulo: SENAC, 2001.